



FIQUE POR DENTRO

REGISTRO ELETRÔNICO

17 DE NOVEMBRO DE 2021 - Nº 221



COPASA ATACA BENEFÍCIOS DOS TRABALHADORES NA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Segundo a empresa, direitos dos trabalhadores é que pesam nas tarifas pagas pela população

Trabalhadores que assistiram a “Audiência Pública” sobre a Copasa, realizada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, só poderiam ficar estupefatos com a fala do representante da empresa, que leu carta do presidente, Carlos Eduardo, mais uma vez ausente para falar de suas responsabilidades.

O preposto da Copasa mostrou outra realidade na audiência, a de que a empresa tem ficado sempre aberta ao diálogo, que já apresentou oito propostas para acordo coletivo e que não foram aceitos por “radicalismo” do Sindicato.

Pior ainda, perguntou se a população estaria disposta a pagar tarifa para bancar um “conjunto generoso de benefícios” pagos pela empresa aos trabalhadores. Citou direitos conquistados pelos trabalhadores como gratificação de férias, vale-transporte, anuênio, tíquete alimentação e cesta básica, auxílio creche, plano de saúde, como sendo os benefícios generosos que, segundo ele, estão fora da realidade do mercado.

O presidente do **SINDÁGUA**, **Eduardo Pereira**, entregou seu contra-cheque ao deputado Betão, que presidia a audiência, demonstrando o baixo salário recebido e lembrando que nos acordos coletivos, historicamente, os benefícios conquistados vinham como resultados de negociações que compensavam uma política da empresa em manter salários muito baixos. Pediu que o chefe de gabinete apresentasse seu contra-cheque, para demonstrar quem ganha alto salário, e cobrou transparência para conhecimen-



to público da remuneração recebida pelo próprio presidente da empresa em setembro passado, que teria sido em torno de R\$ 490 mil.

Na audiência, o presidente da CUT-MG, Jairo Nogueira Filho, demonstrou que o que acontece na Copasa repete a estratégia aplicada na Cemig, de sucatear as empresas, gerar insatisfação pública com a qualidade dos serviços e pavimentar o caminho para a privatização, situação que une os sindicatos e a sociedade para lutar contra o entreguismo do patrimônio do povo mineiro.

Foram demonstrados na audiência, sobretudo pelo técnico do Dieese, Fernando Duarte, o descompasso entre uma distribuição de lucros a acionistas extremamente mais alta do que o próprio lucro líquido da empresa, dinheiro retirado de investimentos não realizados, não reajuste de salários há três anos e abandono completo dos compromissos de responsabilidade social com o saneamento.

Ao final da audiência, o preposto da empresa afirmou com todas as letras que os posicionamentos dos trabalhadores e da empresa são inconciliáveis, fazendo uma previsão de difícil acerto na audiência conciliatória para o acordo coletivo no próximo dia 23.



Eduardo Pereira
Presidente do SINDÁGUA MG

Acompanhe mais informações em nosso site www.sindagua.com.br ou pelas redes sociais:

